

Classificação da publicação
“Jornal de Melgaço”

(Aprovada em reunião plenária de 19.JAN.05)

✓7

I. Introdução

1. O Instituto de Comunicação Social (ICS) solicitou, em 26 de Março de 2003, à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), ao abrigo do disposto na alínea o) do artº 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, a classificação da publicação “Jornal de Melgaço”.
2. Para instrução deste pedido foram enviados a esta AACS:
 - a) Os exemplares nº 144, 145 e 146, respectivamente de 6 de Dezembro de 2002, 6 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 2003;
 - b) Uma declaração daquele periódico onde se afirma que o mesmo é remetido por assinatura para todos os distritos de Portugal e ainda para a Comunidade Europeia (Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido e Áustria) e para vários países extra Comunidade. Actualmente é o mesmo vendido pelo preço de capa de 0,35€;
 - c) No seu número 146 é publicado o Estatuto Editorial, onde a publicação se define como regional. Assume respeitar os princípios deontológicos da imprensa bem como fomentar e usar a ética profissional do jornalismo, salvaguardando o seu fim social, cultural e informativo;
 - d) Pela consulta dos três exemplares pode constatar-se que este jornal é editado mensalmente.

II. Análise

1. Nos termos legais esta AACS é competente para a classificação da presente publicação.
2. Nos termos do nº1 do artº 11º e do nº 1 do artº 12º da Lei 2/99, de 13 de Janeiro, as publicações são classificadas com periódicas quando são “editadas em série contínua sem limite de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo” e portuguesas se “editadas em qualquer parte do território português (...), sob a marca e responsabilidade de editor português”.
3. Segundo nos nºs 1 e 2 do artº 13º do mesmo diploma legal, são doutrinárias as publicações que pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso” e informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação e notícias”.

4. O mesmo artigo, nos seus n.ºs 3 e 4 acrescenta que são de informação geral as publicações que “tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informação de carácter não especializado” e especializadas “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, artística ou desportiva”.
5. Quando à expansão, o art.º 14.º, do mesmo diploma, nos seus n.º 1 e 2, define como publicações de âmbito nacional as que “tratando predominantemente de temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, e de âmbito regional “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”
6. Assim, compulsado o referido periódico e todo o processo remetido, conclui-se que estamos em face de um jornal editado mensalmente e em território português. Visa a informação não especializada dos seus leitores. Os seus temas predominantes são de interesse regional (especialmente assuntos do concelho de Melgaço).

III. Conclusão

Nestes termos, a Alta Autoridade para a Comunicação social delibera, de acordo com o disposto no art.º 4, al. o) da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, classificar a publicação “Jornal de Melgaço” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

Esta classificação foi aprovada por unanimidade com votos de Manuela Matos, Armando Torres Paulo, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, José Garibaldi, João Amaral e Carlos Veiga Pereira.

Alta Autoridade para a Comunicação Social, 19 de Janeiro de 2005

O Presidente



Armando Torres Paulo
Juiz Conselheiro

MM/IM